



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 1, n. 2, nov./dez. 2013

Doutrina

Artigos

- ◆ A defesa do Prefeito Municipal em ações de ressarcimento ao erário por prejuízos econômicos oriundos de convênios
Romeu Felipe Bacellar Filho, Daniel Wunder Hachem
- ◆ O direito à exploração do serviço de táxi e a Lei nº 12.865/13
Geraldo Luís Spagno Guimarães
- ◆ O uso tolerado – Regra de transição isonômica no plano urbanístico
José Antonio Aparecido Junior
- ◆ A força vinculante da lei orçamentária
J. R. Caldas Furtado
- ◆ Um olhar constitucional sobre o processo político-administrativo do Decreto-Lei nº 201/67
Luiz Eduardo Peccinin

Consultas e Pareceres

- ◆ Projeto de Lei do Senado Federal nº 441/2013 – Alterações na legislação eleitoral e partidária – Inconveniência – Violação aos postulados da OAB quanto à matéria – O Projeto de Lei atenta contra os princípios sustentados pela Ordem dos Advogados do Brasil na matéria, na medida em que promove novos mecanismos de restrição à liberdade de informação e de expressão nas campanhas e não proíbe, nem limita as doações por empresas
Rodolfo Viana Pereira
- ◆ Direito Administrativo – Serviço de táxi – Serviço público – Necessidade de delegação mediante permissão precedida de licitação ou procedimento equivalente – Precedentes – Decreto regulamentar – Sistema de credenciamento substitutivo da licitação – Sugestões
Luciano de Araújo Ferraz
- ◆ Direito Municipal – Vice-Prefeito – Exercício das funções de médico do Programa Saúde da Família – Remuneração – Impossibilidade
Luciano de Araújo Ferraz

- ◆ Servidor público – Assistente social no desempenho de função pública junto a programa do Governo Federal – Proposta para o aproveitamento da contratada em outros serviços afetos à Assistência Social no Município – Vedação constitucional à acumulação de funções públicas – Ilegalidade

Luciano de Araújo Ferraz

- ◆ Servidores públicos – Cargos em comissão e funções gratificadas – Art. 37, II e V, da CF/88 – Necessidade de previsão legal para a criação de cargos e funções – Atribuições de direção, chefia ou assessoramento – Relação de confiança entre o servidor e o administrador público – Art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 05/1995 – Funções gratificadas do SAAE do Município – Indicação de setores da estrutura administrativa do SAAE – Inexistência de funções gratificadas com atribuições de chefia, direção ou assessoramento – Ofensa ao art. 37, V, da CF/88 e ao princípio da razoabilidade – Inconstitucionalidade – Valores percebidos de boa-fé por servidores nomeados para o exercício de funções gratificadas nos

Luciano de Araújo Ferraz

Resenha Legislativa

- ◆ Lei nº 12.846/2013 – Lei de improbidade empresarial

Luciano de Araújo Ferraz

Legislação Comentada

- ◆ Comentários à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (arts. 44 e 45)

Luciano de Araújo Ferraz, Fabrício Macedo Motta

Resenha Jurisprudencial

- ◆ Saneamento básico e regiões metropolitanas

Bruno Moraes Faria Monteiro Belem

- ◆ A greve dos professores municipais do Rio de Janeiro e o Mandado de Injunção nº 708/DF – Comentários à medida cautelar na Reclamação nº 16.535/RJ, concedida pelo Min. Luiz Fux

Rafael Arruda Oliveira

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**

Ação Direta de Inconstitucionalidade – EC nº 58/2009 – Alteração da composição dos limites máximos das Câmaras Municipais – Art. 29, inciso IV, da CF/88 – Retroação de efeitos à eleição de 2008 – Posse de novos vereadores – Alteração do resultado processo eleitoral encerrado – Inconstitucionalidade – Contrariedade ao art. 16 da CF/88

Consultas respondidas pelos Tribunais de Contas

◆ Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Câmara Municipal – Folha de pagamento de pessoal – Contribuição previdenciária – Recolhimento e repasse ao INSS – Dívida previdenciária do Legislativo – Assunção do pagamento pelo Município – Dedução unilateral pelo Poder Executivo dos valores do duodécimo devido ao Legislativo – Vedação

◆ Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Consulta – Prefeitura Municipal – Magistério – Aquisição de vale-transporte – Professores – Exercentes de funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico no ambiente escolar – Cômputo da despesa nos gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino – Possibilidade

◆ Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Consulta – Dúvidas sobre subsídios percebidos pelos vereadores afastados por decisão judicial e posse dos suplentes para atuarem durante o afastamento dos titulares – Art. 29-A, inciso VII, da Constituição Federal

◆ Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Consulta – Correta aplicação dos recursos provenientes da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para geração de energia elétrica – Art. 8º da Lei nº 7.990/1989

◆ Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

Consulta – Despesas com pessoal deixadas por gestão anteriores – Princípio da continuidade da Administração Pública – Obrigatoriedade de pagamento de tais despesas pela atual gestão – Observância das regras de Direito Financeiro na identificação da classificação da respectiva despesa – Observância do art. 42, “caput”, da LC nº 101/2000

Jurisprudência Temática

◆ Tema: SIAFI/CADIN/CAUC